



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

Conselho Universitário
Secretaria dos Conselhos Superiores

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA		Nº	69/2026/CONSUN	
Fonte Normativa	Data	Sala	H. Início	H. Término
Regimento Interno do CONSUN. Res. 34, de 15/10/2020	02/07/2026	501	14:00	17:07
Ordem do Dia	De acordo com a carta convocatória de 26/06/2026 (ev. 2500797).			
identificação de presenças/exposição dos temas de pauta/deliberações				

Processo nº 23103.012719/2026-88. Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário, na sala 501, prédio 1, sob a presidência da Reitora, Jenifer Saffi, com assistência para os trabalhos pelo Vice-Reitor, Rafael José Vargas Alves, e pela Secretária dos Conselhos Superiores, Gabriela Frank. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares ou seus substitutos ou suplentes: Marilu Fiegenbaum, Aline de Souza Pagnussat, Luís Henrique Telles da Rosa, Magno Carvalho de Oliveira, Fernando Ricardo Gavron, Evelise Fraga de Souza Santos, Rafael Andrade Caceres, Silvani Herber, Maria Cristina Werlang, Thatiane Alves Pianoschi Alva, Felipe de Souza Stigger, Eveline de Lima Nunes, Otávio Neves da Silva Bittencourt, Isabel Cristina Siqueira da Silva, Rodrigo Bernardes Cardoso, Tiffany Prokopp Hautrive, Lucia Marques Stenzel, José Fernando Ruggiero Bachega, Carolina Pereira Kechinski, Eliane Dallegrave, Ana Paula Trussardi Fayh, Rodrigo Ligabue Braun, Tiago Franco de Oliveira, Ana Amélia Antunes Lima, Marilene Porawski Garrido, Gisele Branchini, Joanna D'Arc Lyra Batista, Caroline Tozzi Reppold, Alisia Helena Weis, Marcelo Schenk de Azambuja, Rafaela Soares Rech, Eduardo Garcia, Cyntia Alencar Fin, Tarcísio Nunes Teles, Alessandra Dartora da Silva, Gabriela Peretti Wagner, Helena Maria Tannhauser Barros, Ana Luiza Pires de Freitas, Deisi Cristina Gollo Marques Vidor, Marcelo Faria Silva, Patrícia El Beitune, Leticia Sopena Casarin, Raphael Maciel da Silva Caballero, Sandrine Comparsi Wagner, Tania Maria Rohde Maia, Adriana Kessler, Janine Rachel Viscardi, Priscila da Trindade Flores, Ricardo Souza Araujo, Andréia Carolina Duarte Duprat, Edson Arijú Belmonte, Ana Carolina Faedrich dos Santos, Maricel Valério Porto, Ana Maris Carlesso, Ritieli de Moura Silveira, Nicolas Endrius Torres Lopes e Abner Willian Quintino de Freitas. Ausências justificadas: Deividi Fernando da Silva Moreira, Elizabeth Carvalho de Castro, Fernanda Cechetti, Helena Terezinha Hubert Silva e Ricardo Yudi Akiyoshi. Não compareceram os seguintes conselheiros titulares ou seus substitutos ou suplentes: Fernanda Lopes de Souza, Antônio Rogério Proença Tavares Crespo, Carla Maria de Martini Vanin, Raissa Lima da Cruz Mendes, Isadora Cristina Godoy de Lima, Alana Cristhina de Amorim Resina, Lisiane Kemmerich da Silva, João Pedro Blaschke Correa e Gabriela Gonçalves Roliano. A senhora Presidente iniciou a sessão cumprimentando os presentes e informando sobre a participação da Chefe de Gabinete, Márcia Giovenardi, e da Coordenadora da Assessoria Especial de Comunicação Social, Janine de Kassia Rocha

Bargas para acompanhar a apresentação das propostas de cursos novos pela PROGRAD (item 9 da pauta). Registrou também a presença dos membros da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação (CPEAD), Ana Carolina Faedrich dos Santos, Ingrid da Cunha Costa Fernandes, José Antônio Dutra Leal, Joana Corrêa de Magalhães Narvaez, Karina Cunha Nascimento, Leandro Gomes Amaral, Poliana Deyse Gurak, Clarice Kras Borges e Vanize Martins Flores durante a apresentação da referida comissão (item 7 da pauta). Em seguida, passou à ordem do dia. Ordem do dia: **1. Aprovação da ata da sessão ordinária de 11/06/2026.** Processo: 23103.012719/2026-88. Sem manifestações prévias ou durante a sessão, a ata foi votada e aprovada por contraste, com duas abstenções. **2. Ratificação de ato homologatório ad referendum do CONSUN.** Processo: 23103.007049/2026-88. Ratificar o despacho 2493125, que aprovou, *ad referendum* do CONSUN, a execução do projeto "Narrativa como Ferramenta Para a Educação em direitos humanos nas Escolas", sob a coordenação da Profa. Luciana Boose Pinheiro, com recursos oriundos de descentralização orçamentária do Ministério da Educação e Cultura - SECADI, através do TED nº 17019, gerenciados pela Fundação Empresa-Escola de Engenharia da UFRGS - FEENG. Informou que aprovou *ad referendum*, devido aos prazos do repasse de recursos pela (SECADI/MEC). Sem pedidos de esclarecimentos adicionais, a pauta foi votada e aprovada por unanimidade. RESOLUÇÃO CONSUN UFCSPA Nº 298, DE 02 DE JULHO DE 2026. **3. Prestação de contas de projeto executado com fundação de apoio.** Processo: 23103.020218/2025-94. Apreciação da prestação de contas final do projeto "Reconstrução do Rio Grande Do Sul – Formulando Um Futuro Sustentável", firmado pelo Convênio nº 64/2025, celebrado entre a UFCSPA, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e a Fundação Médica do Rio Grande do Sul (FundMed), sob a coordenação da Profa. Dra. Lucia Campos Pellanda, que tinha como finalidade o desenvolvimento de atividades de pesquisa relacionadas à estruturação do Plano de Prosperidade Econômica e Climática para o Rio Grande do Sul. A instrução processual contava com pareceres favoráveis da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, da Coordenação de Convênios e Projetos e da Comissão de Acompanhamento da Relação com Fundações de Apoio. Em votação, a pauta foi aprovada por unanimidade. RESOLUÇÃO CONSUN UFCSPA Nº 299, DE 2 DE JULHO DE 2026. **4. Ratificação do Relatório de Gestão da FAURGS - Exercício 2025.** Processo: 23103.012314/2026-40. A Presidência esclareceu que o Relatório de Gestão foi aprovado pelo Conselho da UFRGS, instituição da qual se origina a Fundação de Apoio, cabendo à UFCSPA apenas a sua ratificação. Informou também que o relatório passou por análise da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, recebendo parecer favorável da Coordenação de Convênios e Projetos Institucionais. A pauta foi votada e aprovada por unanimidade. RESOLUÇÃO CONSUN UFCSPA Nº 300, DE 2 DE JULHO DE 2026. **5. Aprovação de celebração de contrato para execução de Curso de Especialização.** Processo: 23103.027848/2025-90. Apreciação da celebração de contrato para execução de Projeto de Ensino, intitulado Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Gestão em Saúde, sob coordenação do Prof. Otávio Neves da Silva Bittencourt e vice-coordenação da Profa. Maria Margarete Baccin Brizolla, aprovado pela Resolução CONSEPE UFCSPA Nº 1355, de 25 de maio de 2026. A Presidência destacou que o curso é realizado em parceria com a Santa Casa, contando com a gestão administrativa e financeira dos recursos destinados à UFCSPA, bem como para o pagamento dos professores que possuem vínculo como servidores ativos da instituição, realizada pela Fundação Empresa Escola de Engenharia da UFRGS (FEENG). A pauta foi votada e aprovada por contraste, com duas abstenções. RESOLUÇÃO CONSUN UFCSPA Nº 301, DE 2 DE JULHO DE 2026. **6. Aprovação da indicação de membros para Comissão do Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC.** Processo: 23103.010739/2026-14. Conforme deliberado pelo Conselho Universitário em reunião realizada no dia 11 de junho de 2026, ficou estabelecido que a Comissão do RSC será constituída por nove integrantes titulares e três suplentes. A composição dá-se de forma paritária, por membros indicados pelo Conselho Superior, pela Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) e pela Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas (PROGESP). O conselheiro Fernando Ricardo Gavron informou que as indicações surgiram de reuniões entre a PROGESP, a CIS e o Comando de Greve da ASSUFRGS. O conselheiro Ricardo Souza Araujo ponderou que, devido à demora para a promulgação do decreto que regulamenta o RSC, haverá grande demanda de trabalho represada para a Comissão, sugerindo a ampliação no número de suplentes de três para nove. A Senhora Presidente lembrou que o Conselho já havia deliberado o número de suplentes na reunião anterior, deliberação devidamente aprovada pelos conselheiros, mas ressaltou que, se houver necessidade no decorrer dos trabalhos, poderão ser feitas adequações na Comissão. A pedido dos representantes técnico-administrativos, a sessão foi suspensa por cinco minutos para alinhamento das indicações a serem apresentadas ao Conselho. Reaberta a sessão, foram anunciados os seguintes nomes: a) representantes

indicados pelo Conselho Universitário (CONSUN): Ana Maris Carlesso (titular), Morgana de Marco (titular), Priscila da Trindade Flores (titular) e Monice Santana dos Santos (suplente); b) representantes indicados pela Comissão Interna de Supervisão (CIS): Fernanda Corte Real Correa (titular), Isaura Helena Soares (titular), Daniel Vaz Smith (titular) e Maricel Valerio Porto (suplente); e c) representantes indicados pela Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas (PROGESP): Marcela Alencastro Fraga (titular), Carina Oliveira de Matos (titular), Andréia Carolina Duarte Duprat (titular) e Gilberto Puiati Biasi (suplente). A pauta foi votada e aprovada por unanimidade. RESOLUÇÃO CONSUN UFCSPA Nº 302, DE 2 DE JULHO DE 2026.

7. Apresentação da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação (CPEAD). Os membros da CPEAD, Ana Carolina Faedrich dos Santos, Joana Corrêa de Magalhães Narvaez, Karina Cunha Nascimento, Leandro Gomes Amaral, Poliana Deyse Gurak e Vanize Martins Flores, realizaram uma apresentação para o Conselho, em que informaram sobre as ações realizadas pela universidade para a promoção de um ambiente universitário seguro, respeitoso e inclusivo. A Comissão expôs como se deu a criação do Plano de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação da UFCSPA (PPEAD-UFCSPA), a partir da constituição do Grupo de Trabalho em 2024, seguindo as orientações da Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública, e informaram sobre as ações de formação que foram feitas no ano de 2025 e continuam em 2026. Detalharam a composição da Comissão, com representantes da APS, ASCOM, AUDIN, Comissão de Ética, DBESST, DDP, NAP, Ouvidoria e UGI, e distribuíram panfletos explicativos sobre as etapas do fluxo de acolhimento, ressaltando a importância do registro formal das denúncias, de forma a garantir o sigilo das informações e o seu tratamento correto, além de oferecer escuta qualificada, por meio da Ouvidoria, do NAP (para estudantes de graduação e pós-graduação) e da DBESST (para servidores, terceirizados, estagiários e bolsistas). Pontuaram também que, em casos mais graves, a vítima pode requerer medidas protetivas emergenciais, como afastamentos preventivos e remanejamento de setor. Informaram, ainda, o interesse em retornar ao Conselho para um debate aprofundado, a exemplo do que já vem sendo realizado com instâncias como o DCE e a ADUFRGS. A conselheira Ana Luiza Pires de Freitas parabenizou o trabalho realizado pela Comissão e enfatizou a importância da divulgação dos fluxos para a comunidade, como a distribuição do panfleto. A conselheira Marilene Porawski Garrido também parabenizou o grupo e relatou que foi solicitado aos PPGs que criassem comissões próprias de enfrentamento ao assédio e à discriminação. Questionou se a iniciativa partiu da CPEAD e se eles terão uma atuação integrada. A Comissão esclareceu que não tinha conhecimento prévio dessa demanda específica dos PPGs e enfatizou a necessidade de alinhamento das ações. Reiteraram que, embora possam surgir comissões setoriais, o fluxo de apuração de denúncias é único, regido por legislação específica e conduzido por equipe capacitada, sendo essencial a centralização dos dados para o mapeamento institucional. A conselheira Andréia Carolina Duarte Duprat lembrou que na última sessão do CONSUN os alunos apresentaram uma carta relatando a preocupação com os casos de violência e destacou a importância de dar visibilidade aos meios formais de denúncia e acolhimento. Por fim, a senhora Presidente informou que a Reitoria e a PROGESP estão planejando um curso de formação de mediadores para o segundo semestre, com o objetivo de auxiliar na resolução preventiva de conflitos e promover uma convivência pacífica e respeitosa na Universidade.

8. Recondução/Recomposição das Câmaras do Conselho. A Presidência colocou em apreciação a recondução e a recomposição das Câmaras Setoriais do Conselho para o novo período, apresentando o resultado da consulta realizada pela Secretaria dos Conselhos Superiores aos atuais integrantes:

8.1. Câmara de Legislação e Normas (CLN). Todos os membros manifestaram concordância com a recondução. A composição foi mantida com os seguintes integrantes: Carolina Pereira Kechinski, Gabriela Tomedi Leites, Edson Arijú Belmonte, Isadora Cristina Godoy de Lima e Sheila Bunecker Lecke.

8.2. Câmara de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPOG). Os membros docentes e técnico-administrativos concordaram com a recondução. Diante da ausência de manifestação prévia da representante discente, Alana Cristhina de Amorim Resina, o Conselho deliberou por aprovar a sua recondução, ficando estabelecido que, em caso de manifestação negativa posterior, uma nova indicação será apreciada em sessão futura. A CPOG ficou assim constituída: Marilene Porawski Garrido, Ana Boff de Godoy, Marcelo Schenk de Azambuja, Priscila da Trindade Flores e Alana Cristhina de Amorim Resina.

8.3. Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). A Câmara foi parcialmente reconduzida, abrindo-se vagas para um representante docente e um técnico-administrativo. A conselheira Janine Rachel Viscardi colocou-se à disposição para ocupar a vaga TAE, enquanto o conselheiro Luis Henrique Telles da Rosa sugeriu a indicação do conselheiro Tiago Franco de Oliveira para a vaga docente, o qual aceitou o convite. A CEPE passou a ter a seguinte composição: Helena Maria Tannhauser Barros, Sheila Tamanini

de Almeida, Tiago Franco de Oliveira, Janine Rachel Viscardi e Lisiane Kemmerich da Silva. Colocadas em votação, as reconduções e novas indicações para as Câmaras do Conselho foram aprovadas por unanimidade. **RESOLUÇÃO CONSUN UFCSPA Nº 303, DE 2 DE JULHO DE 2026. 9. Apresentação das propostas de cursos novos pela PROGRAD.** A conselheira Marilu Fiegenbaum apresentou as ações de expansão acadêmica desenvolvidas desde o último ano pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), decorrentes da indução do MEC, conforme já apresentado anteriormente pelos Grupos de Trabalho (GTs) dos novos cursos. Sinalizou a necessidade de abordar o tema de forma realista e responsável, avaliando a capacidade de infraestrutura física, a disponibilidade de vagas e o quantitativo de pessoal, de modo a garantir que o crescimento da universidade ocorra sem prejuízo à qualidade acadêmica atual. Informou que atualmente a universidade conta com 419 docentes e 213 técnicos-administrativos em educação (TAEs), além de colaboradores terceirizados e bolsistas. Em termos de corpo discente, a instituição conta com cerca de 4.600 alunos, dos quais 70% estão vinculados aos cursos de graduação e o restante está distribuído entre a pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. Apresentou o mapa de origem dos discentes, ressaltando que, embora a maior concentração seja oriunda da Região Sul, o sistema de ingresso capta estudantes de todo o país, além de contar com alunos estrangeiros. Na sequência, exibiu o panorama de avaliações dos cursos de graduação, sublinhando os excelentes índices obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (ENAMED). Além disso, pontuou que há diversos cursos posicionados entre os dez melhores do país e que a pós-graduação vem se consolidando, registrando um aumento de nota na última avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Detalhou as duas criações e reformulações de cursos de graduação mais recentes: Gastronomia, criado em 2010 e alterado em 2024 para a abertura da primeira turma de bacharelado, mantendo a versão de tecnólogo sem novas turmas de ingresso até a completa extinção; e Toxicologia, anteriormente Toxicologia Analítica, que passou a bacharelado em Toxicologia, mantendo alunos remanescentes no formato antigo em extinção. Esclareceu que ambas as transformações foram realizadas para adequação às demandas do mercado de trabalho e ao catálogo de cursos do Ministério da Educação (MEC). Destacou que 40% da oferta de vagas da universidade ocorre no turno noturno, cenário pouco frequente na maioria das universidades públicas. Com relação ao porte institucional, trouxe dados comparativos com outras universidades, indicando que a UFCSPA contribui com apenas 0,26% dos alunos matriculados na educação superior federal do país e com 3% no âmbito estadual, constituindo-se hoje como a menor universidade federal do Brasil em contingente discente, com quantitativo inferior inclusive ao das instituições criadas no mesmo período, como a UNIPAMPA, que possui dez *campi* espalhados pelo estado. Reiterou a reflexão sobre o crescimento acadêmico, a qual está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Planejamento Estratégico, além de buscar atender às demandas sociais de formação profissional e reforçar o papel estratégico da universidade na soberania em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Contextualizou os motivos da indução do estudo dessa expansão, iniciados em 2025, com a demanda pontuada pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) quanto ao déficit expressivo de profissionais de Terapia Ocupacional na região. Também se referiu à demanda do Ministério da Educação (MEC), por meio de convite direcionado a aproximadamente 40 universidades federais para participarem da proposição de novos cursos, lista na qual a UFCSPA não figurou. Diante do questionamento e da mobilização de diversas universidades não contempladas nesta primeira etapa, o MEC acenou com a possibilidade de uma segunda fase de expansão, momento no qual a instituição está inserida. Internamente, a universidade já vinha articulando etapas preparatórias, com a constituição de (GTs): em agosto de 2025, foi criado o GT para revisar a proposta do curso de Educação Física; em dezembro de 2025, o GT para estudar a criação do curso de Terapia Ocupacional; e, em fevereiro de 2026, o GT encarregado de prospectar cursos nas áreas de Inteligência Artificial e Engenharia. Sinalizou que os cursos de Terapia Ocupacional e Educação Física apresentam maior maturidade na proposta e dispõem de pré-matrizes curriculares em virtude do maior tempo de trabalho dos seus respectivos GTs, ao passo que as propostas de Inteligência Artificial e Engenharia apresentam conceitos consolidados que servirão de base para futuros Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Lembrou que todos os cinco cursos foram apresentados ao Conselho Universitário (CONSUN) pelos GTs para explicitar seus diferenciais, perfis de egresso e alinhamento institucional. Contextualizando a primeira fase de expansão do MEC, da qual a UFCSPA não participou, informou que foram criados 139 cursos em 40 universidades, totalizando mais de 8 mil novas vagas para ingresso em 2026. Para a segunda fase, na qual a UFCSPA pleiteia inserção, o MEC definiu três eixos estratégicos: a) Universidades Inovadoras, focado em Inteligência Artificial, áreas *STEM* (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), Engenharia e Ciências Exatas; b) Universidades

Inclusivas, voltado a áreas de saúde com alta demanda social, como Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; e c) Universidades Estratégicas, destinado a apoiar a readequação e modernização de cursos existentes com baixa procura em outras instituições do país. Sinalizou que, embora o terceiro eixo não se aplique diretamente à UFCSPA por se tratar de uma instituição com alta procura, a PROGRAD consultou os cursos de graduação sobre o dimensionamento de suas vagas, recebendo como resposta a manutenção do panorama atual, com exceção do curso de Fisioterapia, que indicou a possibilidade de ampliação. Quanto à submissão das propostas, a UFCSPA concentrou-se nos eixos de Universidades Inclusivas e Universidades Inovadoras. No âmbito nacional, o MEC recebeu cerca de 720 propostas de 70 universidades federais — uma média de 10 propostas por instituição —, totalizando uma demanda de aproximadamente 33 mil vagas e 4.593 códigos de vagas para docentes. Do total de propostas enviadas, a maioria dividiu-se entre os eixos de Inovação e Inclusão. Informou que os critérios para avaliação das propostas englobam: o atendimento direto às áreas prioritárias sinalizadas (como inteligência artificial, engenharias não tradicionais, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia); a exequibilidade e a racionalidade da proposta de vagas e pedidos de docentes; o equilíbrio entre os eixos; e a abrangência geográfica, para evitar a concentração de cursos de uma mesma área em uma única região. Em relação à submissão da UFCSPA, foram encaminhadas as cinco propostas, todas com previsão inicial de oferta de 40 vagas e início previsto para o segundo semestre de 2027, que era o prazo mais tardio permitido no formulário do MEC. Cada proposta foi acompanhada de ofício condicionando a abertura de turmas ao aporte prévio de códigos de vagas para servidores, infraestrutura física e recursos orçamentários. Quanto aos cursos, apresentou um breve resumo das propostas: a) Bacharelado em Terapia Ocupacional: duração de quatro anos, oferta no turno vespertino/noturno e início planejado para o segundo semestre, visando à semestralização e ao compartilhamento de disciplinas comuns com Fisioterapia e Fonoaudiologia para reduzir a retenção discente. A pré-matriz prioriza componentes específicos do campo, seguidos por disciplinas do Departamento de Ciências Básicas da Saúde (DCBS) e do Departamento de Saúde Coletiva (DSC), utilizando a infraestrutura instalada dos laboratórios de Anatomia, Microscopia, Biofísica, Informática, Patologia, Recursos Terapêuticos e Cinesioterapia; b) Bacharelado em Educação Física: carga horária de 3.400 horas no turno vespertino/noturno, com perfil direcionado ao envelhecimento, à atenção ao idoso e à reabilitação de pacientes crônicos. A matriz preliminar dedica cerca de 65% da carga horária a disciplinas específicas e o restante à formação junto ao DCBS, Fisioterapia, DSC e Humanidades, prevendo a necessidade de parcerias e aportes para laboratórios específicos, além da adequação de espaços para estágios; c) Curso Superior de Tecnologia em Inteligência Artificial na Saúde: formação no turno noturno direcionada ao estudante trabalhador, com 2.200 horas distribuídas em seis semestres. A proposta destaca-se pelo pioneirismo regional no foco aplicado à saúde, demandando a contratação de docentes especializados e a expansão da capacidade dos laboratórios de informática convencionais e de alto desempenho; d) Bacharelado em Ciência de Dados e Inteligência Artificial na Saúde: oferecido nos turnos vespertino e noturno, diferencia-se do formato tecnólogo por propor uma formação de base mais sólida voltada ao desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, compartilhando a demanda por laboratórios de informática e computação de alto desempenho; e) Engenharia de Sistemas de Saúde: proposto para ser a primeira engenharia da universidade, com funcionamento em regime integral e duração de 10 semestres. Além de utilizar laboratórios de informática e alto desempenho, o curso exigirá a estruturação de um laboratório específico de *hardware*. Apresentou o diagnóstico das necessidades de infraestrutura para sustentar a expansão. A projeção de salas de aula, considerando turmas anuais de 40 alunos e a saída para estágios nos semestres finais, é de aproximadamente três salas por curso. Quanto aos laboratórios, identificou-se que há espaços com disponibilidade de horários para práticas e outros com maior índice de ocupação que demandarão readequações. Além disso, pontuou que algumas atividades poderão ser remanejadas para o Prédio da Rua 7 de Setembro, cuja reforma está prevista para conclusão em 2027/2, além do suporte do futuro Centro de Saúde para práticas e estágios. Para além do uso dos laboratórios instalados, a viabilização das atividades de alguns cursos, a exemplo de disciplinas esportivas que demandam ginásio, dar-se-á por meio de parcerias e convênios com instituições externas, cujas tratativas já vêm sendo conduzidas pela Reitoria como alternativa à construção de estruturas próprias. Apresentou o mapeamento do uso dos laboratórios, elaborado com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial a partir do histórico dos semestres 2025/2 e 2026/1, que permitiu mensurar o nível de ocupação por horário e identificar o índice de saturação de cada espaço. Exemplificou que o Laboratório de Anatomia apresenta ampla disponibilidade nos turnos da manhã às segundas, terças e quartas-feiras no primeiro semestre, concentrando maior utilização no turno da tarde. Ressaltou que este mapeamento constitui instrumento de gestão aplicável não apenas aos novos

cursos, mas também à otimização da grade horária dos cursos vigentes, solucionando a falta de vagas em horários de pico mediante o remanejamento de práticas para períodos subutilizados. Observou, ainda, que espaços como os laboratórios de Fisioterapia apresentam disponibilidade predominantemente noturna, devendo a oferta de turmas ser planejada de acordo com essas características específicas de ocupação. Quanto à necessidade de servidores para sustentação do funcionamento institucional e do plano de expansão, registrou que a Reitoria encaminhou ofício ao MEC solicitando o provimento de 136 cargos TAEs, contemplando o mapeamento de demandas represadas em todos os setores, dos quais pelo menos 50 foram sinalizados como de caráter emergencial. No tocante aos docentes, a Reitoria solicitou 50 vagas para suprir carências imediatas e, de forma complementar, formalizou pelo formulário do MEC o pedido de 15 vagas docentes adicionais para cada um dos cinco novos cursos propostos, totalizando uma solicitação de 75 novas vagas voltadas à expansão. Como resposta aos pedidos de expansão do quadro de servidores, a conselheira informou que a Portaria do MEC de 12 de junho fixou o limite do banco de professor-equivalente e do quadro de referência de TAEs da instituição. Para TAEs, passou de 240 para 265 vagas autorizadas, abrindo a perspectiva de incorporação futura de até 25 novos códigos de vagas sobre o quantitativo atual de 223 servidores em exercício. Relatou também o recebimento de oficialização da redistribuição de vagas para o provimento de dois enfermeiros, um farmacêutico, um fonoaudiólogo, um nutricionista e um economista. Quanto ao corpo docente, noticiou a existência de 16 vagas autorizadas para pronto preenchimento em atendimento a demandas emergenciais dos departamentos. As prioridades já foram recebidas pela PROGRAD para abertura dos concursos no próximo semestre e provimento a partir de janeiro. Indicou a possibilidade de aproveitamento parcial dessas vagas para suprir disciplinas de áreas básicas e da saúde coletiva que interseccionam os cursos novos. Concluiu que a expansão é viável e necessária, desde que assegurados previamente a infraestrutura, o orçamento e o pessoal pactuados com o governo federal, reforçando o compromisso da gestão com a comunidade acadêmica. A senhora Presidente agradeceu à conselheira Marilu Fiegenbaum pela apresentação e destacou a relevância do mapeamento de ocupação dos laboratórios, evidenciando as lacunas disponíveis para utilização. Informou que a intenção da gestão é desenvolver estudo semelhante para as salas de aula em conjunto com a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA). Com relação às solicitações de servidores, as sinalizações recentes da Portaria do MEC de 12 de junho apresentam um cenário mais favorável do que o observado no início do ano, embora a efetiva liberação dos códigos de vaga dependa do MEC. Sinalizou que o processo de implantação dos cursos ocorrerá de forma gradual e será acompanhado por um comitê gestor específico, vinculado à prévia garantia de infraestrutura física, recursos orçamentários e pessoal. Aberta a palavra para manifestações, o conselheiro discente Nicolas Endrius Torres Lopes registrou ser o único representante discente presente na sessão e relatou ter organizado três assembleias gerais com o corpo discente, somando quórum de 450 estudantes. Em nome dos discentes, apresentou o manifesto da comunidade do curso de Informática Biomédica em relação às propostas de novos cursos na área de tecnologia (Bacharelado em Ciência de Dados e Inteligência Artificial na Saúde, Curso Superior de Tecnologia em Inteligência Artificial na Saúde e Engenharia de Sistemas de Saúde), expressando preocupação quanto à sobreposição de competências com o curso de Informática Biomédica vigente. Sinalizou que a matriz curricular da Informática Biomédica traz forte atuação em Inteligência Artificial e Ciência de Dados aplicadas à saúde, contando com disciplinas específicas na área (como Tópicos Especiais em Inteligência Artificial, Técnicas Computacionais de Apoio ao Diagnóstico, Reconhecimento de Padrões e Introdução à Inteligência Artificial na Saúde) e posicionando seus egressos em destaque no mercado de trabalho, no qual cerca de um quarto dos estudantes atuam diretamente nesses segmentos. Argumentou que a criação de novos cursos equivalentes gera redundância, fragmentação e a invisibilização da Informática Biomédica. Apresentou levantamento realizado pelos próprios discentes comparando a grade da Informática Biomédica com matrizes de cursos de Inteligência Artificial e Ciência de Dados de outras instituições (como UFRN, PUC-RS, UFPE e UFG), o qual indicou a sobreposição curricular de aproximadamente 88%. Trouxe dados do estudo técnico do GT Institucional (Portaria nº 371/2026), apresentado ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) em março de 2026, apontando fragilidades enfrentadas pela Informática Biomédica, como taxa de evasão de 51%, retenção discente elevada, insuficiência e superlotação de laboratórios, problemas de manutenção física (infiltrações, mofo e defeitos em ar-condicionado) e proporção de 51 docentes para 195 discentes matriculados no primeiro semestre de 2026. Alertou que a criação de novos cursos na área de tecnologia da informação e saúde pode precarizar a profissão e achatar salários no mercado de trabalho, além de agravar a evasão por falta de espaços adequados e sobrecarregar a infraestrutura comunitária (como o Restaurante Universitário, a biblioteca e as áreas comuns). Finalizou solicitando que os dados apresentados sejam considerados na deliberação e

posicionou-se expressamente contrário à criação dos novos cursos de tecnologia na UFCSPA. O conselheiro José Fernando Ruggiero Bachega manifestou seu orgulho em participar do debate e ressaltou a relevância do momento para a definição do futuro da universidade. Defendeu a expansão do ensino superior público, argumentando que as instituições nunca estão plenamente preparadas no que tange à infraestrutura. Contudo, pontuou que, se a UFCSPA não se considerar capacitada para esse movimento, poucas instituições no país terão essa prerrogativa, dado o trabalho diferenciado e de excelência desenvolvido pela comunidade acadêmica. Por fim, chamou os conselheiros a refletirem com sensibilidade sobre a responsabilidade institucional diante da oportunidade de expansão da educação brasileira. O conselheiro Raphael Maciel da Silva Caballero elogiou a compilação de dados apresentada pela conselheira Marilu Fiegenbaum e solicitou o envio do material para consulta nos departamentos antes da votação na próxima sessão, o que foi confirmado pela Presidência. Em relação às dúvidas emergentes nas discussões departamentais, questionou a caracterização dos turnos de oferta, observando que a definição de "tarde/noite" é pouco clara. Sugeriu que os cursos com atividades noturnas sejam formalmente denominados como "noturnos", mantendo a ressalva de que podem conter atividades pontuais no período diurno, visto que o turno noturno apresenta menor sobreposição na ocupação dos espaços físicos. Com relação à alocação de pessoal e à estrutura organizacional, perguntou como se dará a distribuição das novas vagas docentes que hoje não existem nos departamentos instalados, a exemplo das áreas de Inteligência Artificial, e se haverá criação de novas estruturas departamentais, o que impactaria a composição deste Conselho. Questionou a dinâmica metodológica da votação na sessão seguinte, perguntando se a apreciação será feita curso a curso e se haverá uma ordem de priorização institucionalmente declarada entre as propostas, reforçando a importância de esclarecer esses procedimentos para orientação do debate nas unidades. Para finalizar, ressaltou a preocupação referente à disponibilidade de espaço físico para o curso de Educação Física. Destacou que a ausência de um ginásio de esportes próprio constitui o ponto de maior dúvida e incerteza apontadas pelos docentes do departamento. Respondendo às dúvidas do conselheiro Raphael Maciel da Silva Caballero, a senhora Presidente acolheu como pertinentes as preocupações e esclareceu que a definição sobre a alocação das novas vagas docentes nos departamentos não condiciona nem interfere na decisão de mérito sobre a criação dos cursos na próxima sessão. Reconheceu a necessidade de a universidade reestruturar e reequilibrar seus 16 departamentos vigentes, indicando que essa discussão será pautada em breve pela gestão. Quanto à dinâmica de votação, confirmou que a apreciação na próxima sessão será realizada curso a curso, respeitando a ordem de prioridade institucional encaminhada ao MEC. Relatou que a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) havia previsto o retorno sobre o aceite das propostas para o início de julho, contudo, o grande volume de pleitos submetidos pelas universidades, superior a 700 propostas, fez com que o Ministro da Educação chamasse para si a análise prévia dos processos. Sinalizou que, embora ainda não haja a resposta formal até o momento, a instituição conta com evidências e maturidade técnica suficientes para deliberar sobre a matéria na próxima semana. Em relação às estruturas para o curso de Educação Física, esclareceu que a universidade já possui parceria com o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) para a realização das atividades práticas neste momento inicial. Ressaltou que a busca por uma área própria em articulação com a Prefeitura Municipal prossegue, mas salientou que o modelo de colaboração externa é uma prática já consolidada e bem-sucedida na UFCSPA para campos de estágio e aulas práticas de diversos cursos. Quanto à definição do turno de oferta dos novos cursos, ponderou que a fixação estrita entre diurno ou noturno não precisa ser deliberada de imediato pelo Conselho. Observou que os dados de saturação revelaram disponibilidade dos laboratórios no turno da manhã, o que demonstra a necessidade de reavaliar o alocamento dos horários. Sugeriu, assim, que a definição final do turno seja delegada à etapa subsequente de planejamento, a ser conduzida pelo grupo de trabalho encarregado da estruturação das matrizes curriculares e do estudo refinado da capacidade de ocupação dos espaços físicos, antes do envio formal dos documentos ao MEC. A conselheira Marilu Fiegenbaum concordou com a senhora Presidente, destacando que a definição dos turnos e a alocação das disciplinas nos semestres devem ser ajustadas durante a montagem da matriz curricular. Explicou que o levantamento do uso das instalações ajuda a identificar descompassos entre os horários de aula e a real disponibilidade dos espaços, permitindo reavaliar tanto o turno dos cursos quanto a oferta das disciplinas. O conselheiro Rodrigo Ligabue Braun solicitou esclarecimentos quanto à alteração na oferta de vagas do Curso Superior de Tecnologia em Inteligência Artificial na Saúde, apontando que a proposta inicial previa 80 vagas divididas em dois ingressos anuais, arranjo que foi modificado no documento apresentado. Questionou se essa readequação responde a uma estratégia institucional e se há previsão de ampliação do quantitativo de vagas em um momento posterior. A conselheira Marilu Fiegenbaum esclareceu que a redução da oferta

decorreu do entendimento de que o quantitativo extrapolaria a estrutura universitária atual. Informou que a capacidade média dos laboratórios gira em torno de 24 vagas e que seria mais viável iniciar as atividades com turmas ajustadas à infraestrutura existente para futuramente expandir o número de vagas conforme novos espaços sejam viabilizados. A senhora Presidente reforçou que é estrategicamente mais prudente iniciar a oferta com um quantitativo menor de vagas e expandi-lo posteriormente, em vez de adotar a conduta inversa. Esclareceu que a fixação inicial em 40 vagas atende ao padrão da universidade, contudo, considerando a capacidade instalada das salas de aula e laboratórios, bem como a disponibilidade de recursos humanos, pode ser mais adequado iniciar determinados cursos com 30 vagas. Sinalizou que esses ajustes pontuais serão organizados na etapa de implementação. A conselheira Andréia Carolina Duarte Duprat iniciou sua manifestação alinhando-se às considerações anteriores do José Fernando Ruggiero Bachega sobre a relevância da expansão da universidade pública para o país. Em seguida, solicitou esclarecimentos quanto ao fluxo de tramitação das propostas junto ao MEC. Questionou o fato de o formulário inicial de propostas contemplar apenas a estimativa do número de docentes, sem a inclusão de TAEs e de infraestrutura. Também perguntou qual seria a contrapartida financeira e institucional garantida pelo MEC para viabilizar o funcionamento dos novos cursos. A conselheira Marilu Fiegenbaum explicou que o MEC solicitou o envio das propostas apenas via formulário eletrônico e ofício do reitor, sem muitos detalhamentos. Sinalizou que a universidade tem autonomia para abertura de cursos e que a sinalização do MEC indicará quais das propostas serão consideradas prioritárias pelo Governo Federal e contempladas com aporte financeiro. Esclareceu que a contrapartida do MEC não se limita a códigos de vagas para docentes, abrangendo também a qualificação de espaços físicos e verbas indutivas para laboratórios, como ocorreu no edital do eixo Labtech, destinado à aquisição de equipamentos de informática. Com relação aos TAEs, apontou que o aumento do corpo discente gera demandas transversais em todos os setores de suporte acadêmico e administrativo. Sinalizou que a UFCSPA, por ter um campus único, tem uma vantagem operacional, visto que permite centralizar serviços institucionais sem a fragmentação observada em universidades *multicampi*. Informou que o atraso na divulgação do resultado pode ser favorável, indicando eventual ampliação do atendimento às demandas encaminhadas pelas instituições. Informou que a análise do MEC levará em conta critérios estratégicos, como a demanda regional e a abrangência geográfica. Nesse contexto, exemplificou que o curso de Terapia Ocupacional teve 37 propostas submetidas em âmbito nacional e que a criação na UFCSPA se justifica pela ausência de oferta em universidades federais na capital gaúcha. A senhora Presidente ressaltou que, por se tratar de uma universidade especializada na área da saúde, o curso de Terapia Ocupacional possui alinhamento direto com a missão institucional da UFCSPA. Manifestou a expectativa, fundamentada em interlocuções com a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), de que essa proposta seja priorizada no aporte de recursos federais. Em relação às ponderações sobre o curso de Informática Biomédica, informou sobre a necessidade de reestruturação de sua matriz curricular junto ao NDE e à Coordenação de Curso, sinalizando a possibilidade de criação de ênfases e de ampliação para dois ingressos. A conselheira Isabel Cristina Siqueira da Silva complementou a reflexão ressaltando o diálogo frequente com os discentes do curso de Informática Biomédica para esclarecer a diferenciação da identidade do curso e as novas propostas. Explicou que a Informática Biomédica se destaca pelo equilíbrio entre a área biológica, a bioinformática e a computação, enquanto o proposto Bacharelado em Inteligência Artificial e Ciência de Dados possui foco mais aprofundado em computação e vertente voltada à produção acadêmica e científica, tendo sua matriz concebida justamente para evitar sobreposições e fortalecer a singularidade de cada formação. Adicionalmente, informou que, com a conclusão da implementação dos últimos semestres da matriz curricular de 2022 da Informática Biomédica, a Coordenação e o NDE trabalham na sua reformulação para diluir a densidade dos primeiros semestres, visando combater a retenção e reduzir a evasão discente. A conselheira Helena Maria Tannhauser Barros parabenizou a iniciativa dos GTs e da PROGRAD, ressaltando a articulação com as demais pró-reitorias envolvidas. Ao traçar um resgate histórico da instituição, lembrou os desafios enfrentados pelos docentes fundadores ao criarem a Faculdade de Medicina há 65 anos, bem como o debate travado há 25 anos sobre o aumento do número de alunos e a criação do primeiro curso de graduação além da Medicina, a Biomedicina, que deu origem à transformação em universidade voltada à saúde. Avaliou que a instituição vivencia um novo marco histórico com a expansão para a área de *STEM*, salientando que tal movimento impulsionará não apenas a graduação, mas também a pós-graduação e a formação de especialistas. Por fim, destacou a necessidade de preparar a universidade para as transformações sociais e demográficas, como o envelhecimento populacional e os avanços tecnológicos, reconhecendo que surgirão entraves ao longo do processo, mas reafirmando a confiança no êxito e na relevância institucional do projeto de expansão. A conselheira

Gabriela Peretti Wagner cumprimentou a conselheira Marilu Fiegenbaum pela apresentação e solicitou o compartilhamento dos arquivos apresentados. Em relação às propostas de novos cursos, questionou a priorização da modalidade de tecnólogo no âmbito da área de *STEM*, uma vez que há um histórico de extinção gradual desses cursos em favor do fortalecimento dos bacharelados. Questionou a viabilidade estratégica dessa escolha, observando que a diferença de duração para o bacharelado seria de apenas um ano, e levantou a reflexão sobre o risco de o tecnólogo demandar uma futura conversão em bacharelado. A conselheira Marilu Fiegenbaum esclareceu que a migração do curso de Toxicologia para bacharelado foi devida a adequação ao Catálogo Nacional de Cursos, enquanto a Gastronomia seguiu demanda própria da área. Em relação ao curso de Inteligência Artificial, justificou que a opção pelo formato de tecnólogo visa qualificar profissionais de forma rápida para o mercado de trabalho, com foco na aplicação prática de ferramentas tecnológicas. Destacou que a duração reduzida permite a oferta em turno único, viabilizando o ingresso do estudante trabalhador, o que representa uma dificuldade maior nas estruturas de bacharelado. Informou que, do total de propostas enviadas ao MEC, poucas se referem à modalidade tecnológica, o que torna o curso um diferencial competitivo para a instituição, sem descartar o amadurecimento contínuo do projeto de bacharelado e a reestruturação da Informática Biomédica. A senhora Presidente complementou a justificativa apontando que uma eventual futura transição de tecnólogo para bacharelado é perfeitamente viável. Destacou que o próprio MEC reconhece a necessidade de maior flexibilidade acadêmica nas universidades diante da dinâmica acelerada do conhecimento e do mercado de trabalho. Ressaltou que o eixo das Universidades Estratégicas reflete justamente esse movimento de repensar e adaptar cursos aprovados para acompanhar as transformações da sociedade. O conselheiro Abner Willian Quintino de Freitas iniciou sua manifestação enfatizando que as deliberações em curso tratam do planejamento estratégico da UFCSPA para as próximas décadas. Para ilustrar o impacto de decisões visionárias, citou a experiência do Tecnopuc, ressaltando que, há vinte anos, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) optou por criar um ambiente de integração com empresas para acelerar o financiamento de pesquisas, iniciativa inovadora para uma instituição de tradição em ciências humanas e que culminou no reconhecimento do parque como um dos principais da América Latina. Em relação ao receio manifestado sobre a sobreposição ou concorrência entre os cursos, apresentou uma perspectiva convergente com a expansão. Argumentou que a presença de formações correlatas não gera canibalização, mas sim atrai público e fortalece o ecossistema. A ampliação da oferta de cursos tecnológicos e de graduação em saúde e computação permitirá à UFCSPA consolidar-se como um *hub* de inovação, liderando indicadores de geração de patentes e desenvolvimento científico, além de reter talentos que historicamente buscavam outras instituições por falta de estrutura voltada à tecnologia. Também abordou a transformação provocada pela inteligência artificial no ambiente educacional e no mercado de trabalho. Defendeu que a universidade assuma o protagonismo na criação de cursos voltados a essas novas ferramentas para capacitar os profissionais que atuarão sob essa nova realidade, reforçando a importância de superar os receios iniciais inerentes aos processos de mudança institucional. A senhora Presidente agradeceu a contribuição do conselheiro Abner Willian Quintino de Freitas e reforçou que a expansão impulsiona a criação de um ecossistema focado na inovação e na produção de conhecimento. Alinhou-se à fala da conselheira Helena Maria Tannhauser Barros ao destacar os ganhos indiretos para a pesquisa e o fortalecimento de programas de pós-graduação. Ressaltou, ainda, que, no contexto das universidades públicas brasileiras, o avanço e a consolidação da pós-graduação estão diretamente vinculados ao ingresso e à formação de estudantes na graduação. O conselheiro Luis Henrique Telles da Rosa parabenizou pela qualidade do trabalho e ressaltou que o momento atual é uma oportunidade estratégica de expansão institucional, traçando um paralelo com processos anteriores de transformação da universidade. Sublinhou que a condição atual de menor instituição no sistema federal expõe a universidade ao risco de invisibilidade, ressaltando que a excelência acadêmica isolada não garante a sustentabilidade de longo prazo. Defendeu a expansão como forma de assegurar o fortalecimento da universidade perante cenários políticos e governamentais diversos. Avaliou que o crescimento trará desafios operacionais e estruturais inevitáveis, mas trará impactos positivos transversais sobre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os cursos existentes. Declarou apoio ao projeto de expansão e expressou expectativa favorável quanto à aprovação das propostas pelo MEC. O conselheiro José Fernando Ruggiero Bachega registrou agradecimentos à conselheira Marilu Fiegenbaum e às comissões pelo trabalho desenvolvido nas propostas. Ressaltou o compromisso da instituição com a formação de massa crítica para a sociedade e enfatizou que a universidade possui uma visão de mundo singular e qualificada, elemento que deve ser considerado nos processos de tomada de decisão. A conselheira Sandrine Comparsi Wagner parabenizou a conselheira Marilu Fiegenbaum e as equipes envolvidas pela clareza e objetividade da apresentação.

Relatou que os representantes de departamentos vêm enfrentando diversos questionamentos da comunidade acadêmica que exigem esclarecimentos detalhados. Diante disso, sugeriu a realização de uma sessão de apresentação aberta à comunidade, visando subsidiar e facilitar as discussões antes da votação. A senhora Presidente informou que a próxima sessão extraordinária do Conselho terá pauta única destinada à deliberação sobre as propostas. Explicou que a dinâmica prevê a apresentação inicial, um espaço reservado para eventuais dúvidas e, em seguida, a votação de cada curso. A conselheira Andréia Carolina Duarte Duprat questionou se, com a aprovação, todos os cursos passariam conjuntamente para a etapa de elaboração do projeto pedagógico, considerando o diferente nível de maturidade entre as propostas. A conselheira Marilu Fiegenbaum detalhou o fluxo de etapas institucionais para a criação dos novos cursos, explicando que a decisão do CONSUN é requisito para o cadastro de dados no e-MEC. Esclareceu que a análise e aprovação dos PPCs competem ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e não ao CONSUN. Com o eventual aval do Conselho, os GTs avançarão na construção dos PPCs em ritmos diferenciados, permitindo uma implantação escalonada conforme o grau de maturidade de cada proposta e as sinalizações do MEC. Por fim, defendeu a atualização contínua e a modernização dos PPCs das graduações já existentes, destacando a necessidade de incorporar transversalmente a saúde digital e a inteligência artificial. A senhora Presidente reforçou a importância de o Conselho focar a deliberação na pertinência estratégica da criação dos cursos, independentemente de a implantação ocorrer no curto ou no longo prazo, condicionado ao surgimento das condições necessárias. Ressaltou que as decisões institucionais devem ser embasadas em evidências, destacando que o mapeamento detalhado da infraestrutura e do uso dos laboratórios demonstrou uma viabilidade de execução a curto prazo superior à estimada inicialmente. O conselheiro Tarcísio Nunes Teles, manifestando-se como representante do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (DECESA), parabenizou a comissão e a conselheira Marilu pelo trabalho desenvolvido. Destacou a relação direta do DECESA com as propostas de novos cursos na área de *STEM* e relatou que a principal apreensão do departamento se refere à segurança sobre a infraestrutura e os recursos necessários para acompanhar essa ampliação. Lembrou que o DECESA foi constituído na última década e que recentemente consolidou a formação de seus estudantes e o desenvolvimento do corpo docente. Informou que expressava a posição coletiva do departamento, e não a sua opinião pessoal, pontuando que, embora não haja recusa à expansão, existe o receio de que um crescimento sem garantias estruturais comprometa as conquistas já alcançadas. Defendeu a ampliação do diálogo e dos esclarecimentos junto ao departamento e aos GTs como caminho para conferir maior segurança e assegurar uma adesão institucional consistente às deliberações. A senhora Presidente reforçou que as preocupações manifestadas são absolutamente legítimas e foram consideradas pela Reitoria e pelos GTs. Explicou que o planejamento estratégico inicial da gestão previa a criação de apenas um curso de graduação, mas que a oportunidade atual exige aproveitamento do momento favorável para a expansão. Celebrou o engajamento de docentes, técnicos e estudantes na construção do futuro da universidade, ressaltando que o debate ultrapassa o período da atual gestão e visa definir o legado e o projeto institucional para os próximos anos. A conselheira Deisi Cristina Gollo Marques Vidor trouxe uma reflexão sobre a dinâmica institucional e os impactos estratégicos da deliberação do Conselho, ponderando as implicações práticas dos possíveis cenários. Ressaltou que o envio das propostas ao MEC constitui uma sinalização de intenção para verificar o amparo financeiro do governo federal, cabendo ao Conselho a prerrogativa de criar ou não as graduações. Ponderou que, em caso de aprovação pelo Colegiado, a instituição tem a autonomia para implantá-las gradualmente, no tempo adequado e conforme a maturidade de cada projeto, como já ocorrido em experiências anteriores. Por outro lado, alertou que a não aprovação das propostas, diante de uma sinalização orçamentária favorável do MEC, resultaria na perda da oportunidade e no inevitável redirecionamento desses investimentos e vagas para outras universidades. A conselheira Lucia Marques Stenzel questionou se há urgência na realização da votação na sessão do CONSUN da quinta-feira seguinte. Em resposta, a senhora Presidente explicou que o agendamento da votação decorre da necessidade de cumprir os prazos das etapas institucionais subsequentes, sob risco de atrasar o cronograma em cerca de um mês caso a deliberação seja postergada para agosto. Com relação à apresentação, ficou definida a realização de uma reunião aberta à comunidade para o dia 6 de julho, segunda-feira, em horário a definir no final da tarde, de modo a contemplar a participação de toda a comunidade acadêmica.

10. Assuntos Gerais. 10.1. Reunião CONSUN de agosto. A senhora Presidente consultou os conselheiros sobre a concordância em realizar a sessão de agosto na segunda semana do mês, no dia 13, em vez do dia 6, como previsto no calendário oficial. A alteração justifica-se pela realização do Workshop de Tecnologia da Informação e Comunicação das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (WTICIFES) nos dias 4, 5 e 6 de agosto, do qual participarão diversos membros da universidade, e

visa a evitar quórum baixo durante o período de férias. Sem outros assuntos a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a sessão às 17 horas e 07 minutos. Para constar, eu, Gabriela Frank, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada pelos conselheiros, será assinada pela senhora Presidente e por mim.

JENIFER SAFFI
Presidente do Conselho Universitário

GABRIELA FRANK
Secretária dos Conselhos Superiores



Documento assinado eletronicamente por **Jenifer Saffi, Presidente do Conselho Universitário**, em 26/08/2026, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Frank, Secretária dos Conselhos Superiores**, em 02/10/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcspa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2556122** e o código CRC **C8FF8F58**.